



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.

Instituto Português do Desporto e Juventude

Plano de Atividades

2016

Índice

GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	11
ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	12
Objetivos inseridos no QUAR	13
Matriz de coerência e implicação	14
Objetivos Operacionais Extra – QUAR.....	15
Entidades Homogéneas.....	15
Unidades Orgânicas.....	15
Contributos do IPDJ para políticas transversais que mobilizem recursos e organização	19
Recursos Humanos, Financeiros e Materiais	20
PLANO DE FORMAÇÃO	21
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	21
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	22
CONCLUSÕES.....	22
ANEXOS	23

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude	DFQ – Departamento de Formação e Qualificação
PA – Plano de Atividades	DICRI – Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais
OE – Objetivos Estratégicos	DIC – Divisão de Informação e Comunicação
AR – Alto Rendimento	DDM – Divisão de Documentação e Museologia
OP – Objetivos Operacionais	DIE – Departamento de Infraestruturas
RH – Recursos Humanos	DIED – Divisão de Infraestruturas Desportivas
RF – Recursos Financeiros	DIET – Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
DR – Direções Regionais	DD – Departamento de Desporto
ADoP – Autoridade Antidopagem de Portugal	DDF – Divisão de Desporto Federado
CD – Conselho Diretivo	CDNJ – Centro Desportivo Nacional do Jamor
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	DGO – Divisão de Gestão e Ordenamento
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	DAD – Divisão de Atividades Desportivas
DJ – Departamento de Juventude	DMD – Departamento de Medicina Desportiva
DP – Divisão de Programas	PNED – Plano Nacional de Ética no Desporto
DA – Divisão de Associativismo	DRN – Direção Regional do Norte
DJA – Departamento Jurídico e de Auditoria	DRC – Direção Regional do Centro
DRHFP – Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais	DRLVT – Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DRF – Divisão de Recursos Financeiros	DRAL – Direção Regional do Alentejo
DRH – Divisão de Recursos Humanos	DRALG – Direção Regional do Algarve
DAP – Divisão de Aprovisionamento e Património	DMADO – Divisão de Modernização Administração e Desenvolvimento Organizacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com jurisdição sobre todo o território nacional, que promove a implementação no âmbito nacional das políticas nas áreas do Desporto, Juventude, Formação e Qualificação, Ética no Desporto, no combate à Dopagem e na adoção do controlo médico-desportivo no acesso e à prática desportiva de todos.

O Plano de Atividades (PA) do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) para o ano 2016 foi elaborado tendo como enquadramento:

- a) A missão consagrada na Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 3 setembro e Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro;
- b) As atribuições nas áreas do Desporto e da Juventude, consagradas na Lei Orgânica, bem como na Carta de Missão do Presidente do Conselho Diretivo (CD);
- c) O enquadramento dos compromissos nacionais e internacionais assumidos no Programa Orçamental, de carácter bianual, que se encontram em execução.

Neste contexto o Plano de Atividades (PA), continuará a prosseguir no domínio da atividade regular, os seguintes **Objetivos Estratégicos** (OE):

1. Incrementar a prática desportiva através do desenvolvimento do desporto de Alto Rendimento (AR) e das Seleções Nacionais;
2. Promover a Participação e a Inclusão Social dos Jovens através da implementação de Programas e do Apoio ao Desporto, ao Associativismo Jovem e Educação Não Formal;
3. Promover a ética no desporto, erradicando comportamentos antissociais e ilegais dos agentes desportivos e a educação não formal;
4. Promover os estilos de vida saudáveis, fomentando a prática desportiva regular e a saúde juvenil.

Paralelamente, o Plano de Atividades (PA) do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), para o ano de 2016, pretende corresponder aos desafios que foram formulados nos Objetivos Operacionais (OP), em cada área de intervenção, visando consubstanciar os diversos projetos e atividades a desenvolver.

Assim, foram estabelecidos para o ano de 2016 os seguintes Objetivos Operacionais (OP), os quais constam do Quadro de Responsabilização e Avaliação (QUAR) deste Organismo:

Eficácia

- Promover os desportos emergentes e radicais através da apresentação de projetos inovadores e mecanismos de financiamento adequado
- Incrementar as políticas da Juventude no âmbito dos Programas e Associativismo

Eficiência

- Promover e consolidar a marca IPDJ e melhorar a comunicação
- Implementar uma política de boa gestão através de auditorias financeiras às entidades financiadas
- Fomentar a qualidade dos projetos na área da Juventude e Desporto implementando avaliações periódicas
- Garantir a comparticipação financeira contratualizada com o Comité Olímpico de Portugal e Comité Paralímpico de Portugal – RIO 2017

Qualidade

- Fomentar atividades na promoção da Ética no Desporto, na erradicação de comportamentos antissociais e ilegais, a Formação dos Agentes Desportivos e a Educação Não Formal

Para a prossecução da sua missão o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., dispõe de um total de 372 postos de trabalho, dos quais 37 correspondem a cargos de direção superior e intermédia e Chefes de Equipas Multidisciplinar.

Para o ano de 2016 a dotação inicial do orçamento de funcionamento do IPDJ é de **€74.741.378**

Nos demais capítulos do presente Plano, enquadrámos o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), na perspectiva de demonstrar as principais linhas de atividade que visam responder aos Objetivos Operacionais (OP), bem como os Recursos Humanos (RH) e os Recursos Financeiros (RF) necessários à prossecução dos objetivos enunciados e ainda, apresentar as medidas no que concerne ao plano de formação; à modernização administrativa; à contratação pública e à publicidade institucional do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ).

Por fim, uma palavra de muito apreço a todos os que contribuíram para a conceção e elaboração deste Plano de Atividades, enquanto instrumento de gestão do IPDJ.

O Conselho Diretivo

(Lídia Praça)

Vogal

NOTA INTRODUTÓRIA

Considerando as características de transversalidade que as áreas do desporto e da juventude apresentam historicamente, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), assegura a coordenação operacional integrada de ambas, procurando promover sinergias com vista à concretização das políticas governamentais com incidência direta ou indireta no desporto e na juventude, materializando na sua **missão** e **visão**, o apoio à definição, execução e avaliação das políticas públicas em ambas as áreas.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, tendo a sua Sede em Lisboa.

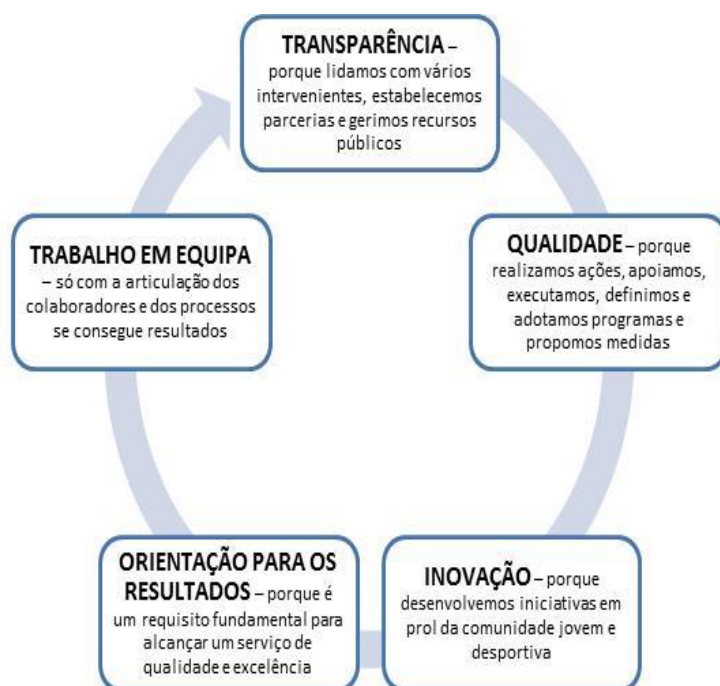
A nível regional funcionam serviços desconcentrados, designados por Direções Regionais (DR) do Norte, com sede no Porto, do Centro, com sede em Coimbra, de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, do Alentejo, com sede em Évora e do Algarve, com sede em Faro.

O âmbito territorial dos serviços desconcentrados corresponde ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) na sequência das suas atribuições estabelece relações de cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sem que tais relações de cooperação impliquem delegação ou partilha de atribuições e competências, mantendo-se fiel à sua **missão** de *ser um Instituto de execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.*

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), tem a **visão** de *ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas da juventude e do desporto.*

Na prossecução da sua **missão**, e da sua **visão**, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), orienta a sua ação por um conjunto de **valores** que promovem as boas práticas e os bons comportamentos organizacionais, tais como a **transparência**, o **trabalho de equipa**, a **qualidade**, a **orientação para os resultados** e a **inovação**, aliados a valores transversais como o **espírito de missão**, através da valorização da lealdade, do esforço e do sacrifício na prossecução do **interesse público** disponibilizando-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, sobrelevando sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo. Nesta conformidade, atua sempre em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito em nome de uma **justiça** e **imparcialidade** no exercício de nossa atividade.



Como anteriormente referido, a missão do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), desenvolve-se em várias áreas e a sua atuação abrange facetas de natureza diversa, das quais resultam os principais serviços que a seguir se enumeram de forma genérica:

I. Desporto

- Apoiar a criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação dos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva, juvenil, feminina, e também na área do desporto adaptado com incidência nos cidadãos mais vulneráveis, garantindo a qualificação dos Recursos Humanos do Desporto.
- Melhorar a gestão das instalações na perspetiva do utente, na resposta ao utente, com a elaboração de propostas de redistribuição de funções dos RH; atendimento e manutenção.
- Apoiar os atletas de Alto Rendimento ao nível médico-desportivo, além, das Seleções Nacionais, Clubes Desportivos e população desportiva em geral pelos serviços do Departamento de Medicina Desportiva.
- Estimular a execução de projetos que tenham como finalidade o reforço da participação das mulheres e dos jovens na prática do desporto.
- Apoiar a dinamização e operacionalização de projetos, em especial do desporto escolar e no ensino superior e nas áreas da saúde e da inclusão social;

- Promover o desenvolvimento do desporto junto das pessoas com deficiência e da população sénior.
- Articular com os diferentes organismos da Administração Pública, designadamente, com a DGSP – desporto nas prisões; ACIDI – desporto entre a população migrante e DGPM/AIDEM – desporto e mar

II. Formação e Qualificação

- Assegurar a qualidade e o aumento da formação ministrada aos agentes desportivos, possibilitando a todos os interessados o acesso às qualificações necessárias fundamentais para se atingir um maior número de cidadãos ativos, contribuindo assim para baixar a taxa de sedentarismo, e melhorar o nível de saúde e de bem-estar.
- Assegurar implementação do Programa Nacional de Formação de Treinadores em todas as modalidades desportivas e promover mecanismos de controlo e avaliação externa do processo.
- Expandir a oferta formativa a outros agentes desportivos, com principal incidência nos dirigentes desportivos benévolos.
- Assegurar o apoio financeiro à formação de Recursos Humanos desenvolvida pelas Federações Desportivas e outros agentes no âmbito do Desporto.

III. Juventude

- Complementar e aumentar a qualificação profissional, contribuir para a inserção ou progressão no mercado de trabalho e capacitar os jovens em idade ativa e sobretudo em situação de desemprego.
- Incentivar a cidadania e a Participação dos Jovens, promovendo o diálogo estruturado, a reflexão e o debate.
- Implementar programas que estimulem a interação entre as diferentes instituições do espaço público e os jovens, proporcionando-lhes o conhecimento orgânico, institucional, a simulação prática das diferentes formas de decisão e construção da opinião.
- Contribuir para a promoção do Voluntariado Jovem e da Ocupação de Tempos Livres, implementando programas, apoiando e desenvolvendo uma rede de entidades no território nacional que possam desenvolver projetos, em várias áreas de intervenção, e que permitam responder às instituições e às populações na resolução de necessidades e problemas, que ao mesmo tempo contribuem para a capacitação dos jovens.
- Reforçar a intervenção na área do Empreendedorismo através do Programa Empreende Já – RPGN, no âmbito da Garantia Jovem, contribuindo para estimular uma cultura empreendedora, centrada na criatividade e na inovação, e a apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas e de entidades da economia social, bem como a criação de postos de trabalho, por e para jovens.

- Intervir na área da Saúde Juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis, designadamente no âmbito da sexualidade juvenil, nutrição, consumos nocivos, estilos de vida saudáveis e prática desportiva, prevenindo comportamentos de risco, e contribuindo para a formação e informação aos jovens.
- Estimular a criatividade, a inovação e a cultura criando condições para a expressão e emergência de novos criadores jovens.
- Promover e incentivar a plena integração dos jovens na sociedade, considerando a diversidade cultural e a plena assunção de direitos e igualdade, através de projetos, programas e iniciativas dirigidos à inclusão social.
- Apoiar e valorizar o Associativismo Jovem e contribuir para o reconhecimento da Educação Não Formal, nomeadamente no que se refere ao perfil Técnico de Juventude, através da implementação do modelo de reconhecimento e validação de competências.
- Apoiar atividades das associações Juvenis e estudantis, assim como as infraestruturas e os equipamentos.
- Valorizar e reconhecer as competências adquiridas através da Educação Não Formal e a implementação de um Plano Nacional de Formação que centre a sua intervenção na capacitação dos jovens, e de técnicos de Juventude, e estímulo a formação interpares.

IV. Ética no Desporto

- Estimular e promover iniciativas, sobretudo juntos dos jovens e crianças, que permitam vivenciar os valores éticos no âmbito do desporto/prática desportiva, tais como a verdade, a cooperação, o respeito, a solidariedade, a tolerância, a interajuda, entre outros, é tido como uma ferramenta de progresso social, um género de “Escola Paralela” com alta vocação para a promoção da saúde, para o bem-estar físico e psicológico e assimilação e vivência de valores éticos tão necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais profícua.

V. Autoridade Antidopagem de Portugal

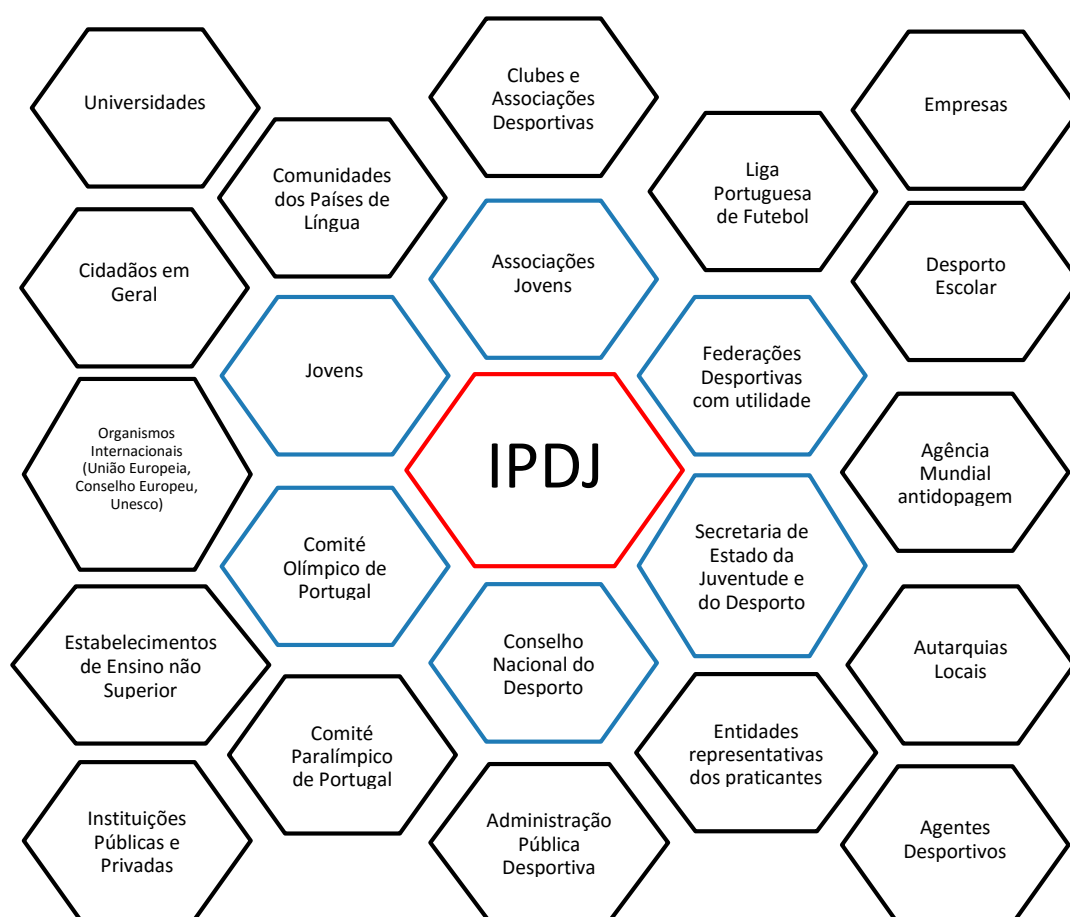
- Implementar uma política de controlos inteligentes, caracterizada pela realização de controlos fora de competição em momentos considerados de maior risco e envolvendo tipos de amostras e de menus de substâncias a detetar (EPO, CERA, hormona do crescimento) ou metodologias de análise (por exemplo o Passaporte Biológico ou a deteção por IRMS) adequadas a cada caso específico.
- Redefinir os critérios inerentes ao cálculo do número de amostras recolhidas em cada uma das modalidades desportivas e a distribuição das diversas modalidades desportivas pelos três grupos de risco, de forma a diminuir o número de amostras a recolher em competição e a aumentar o número de amostras a recolher fora de

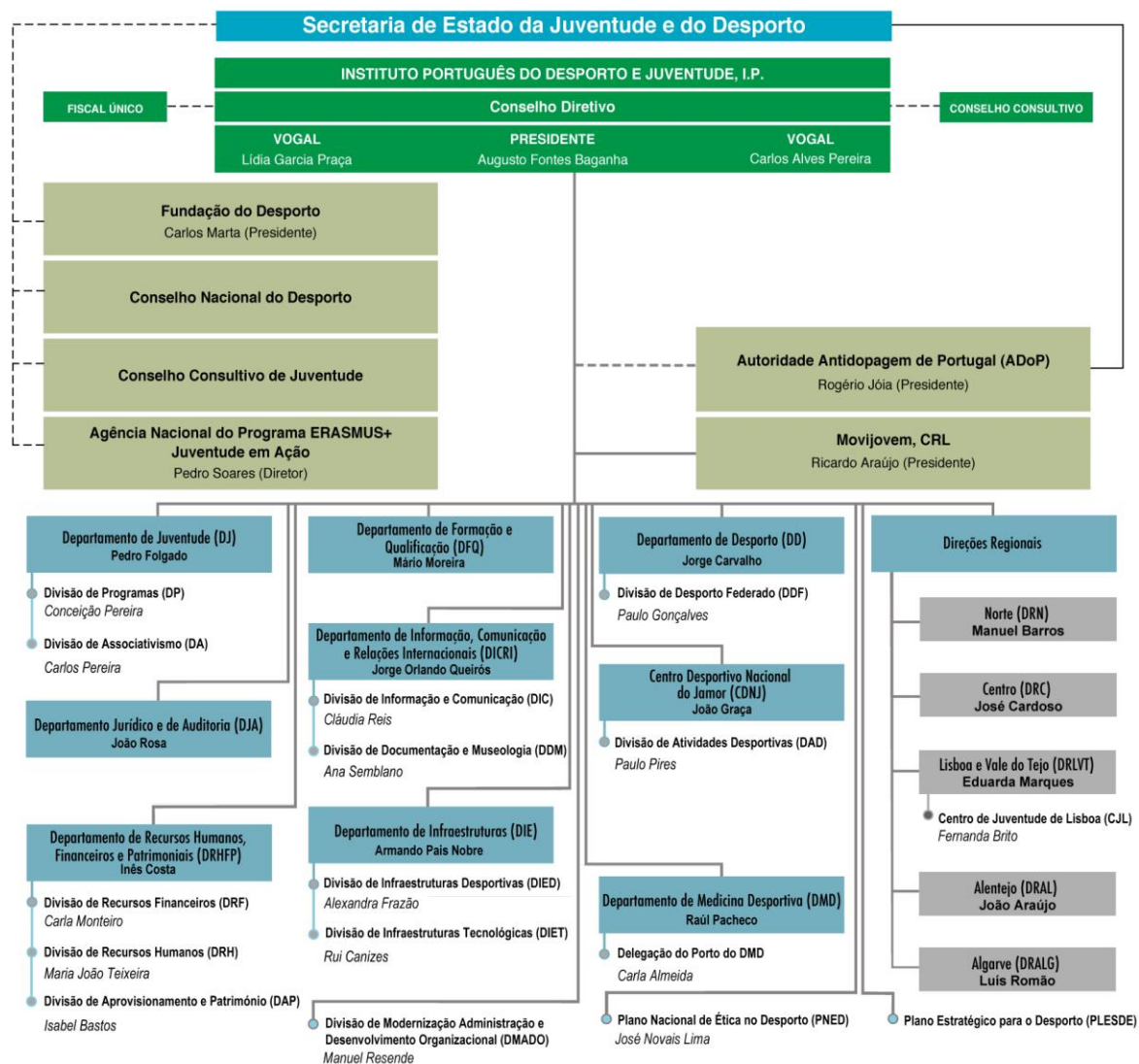
competição, principalmente aquelas que se enquadram na estratégia dos controlos de dopagem inteligentes.

- Modernizar o Laboratório de Análises de Dopagem (LAD), através da aquisição de novos equipamentos que possam substituir por um lado alguns equipamentos que já ultrapassaram o tempo útil de vida e, por outro lado, aumentar a sensibilidade dos métodos de deteção com o objetivo de otimizar o seu Sistema de Gestão da Qualidade.
- Aumentar a visibilidade e o fortalecimento de parcerias com o Programa Nacional de Ética no Desporto (PNED).
- Intensificar o número de parcerias com outras entidades.

Pela multiplicidade das suas funções, e considerando a sua missão, o IPDJ no desenvolvimento da sua atividade, relaciona-se com diversos Stakeholders que contribuem para a prestação de serviços ou são destinatários desses serviços.

Os Principais Stakeholders do IPDJ





Num contexto de elevada exigência, de adaptação à realidade macroeconómica, aliada a um aumento de complexidade dos serviços técnicos especializados que o IPDJ fornece, o processo de preparação do QUAR e do Plano de Atividades para 2016, impõe a necessidade de o Conselho Diretivo adequar o alinhamento estratégico interno, encetando um diálogo contínuo com os dirigentes intermédios, desenvolvendo um trabalho conjunto de identificação de desafios e de oportunidades que permitam uma aproximação entre o nível estratégico e a realidade que as diversas unidades orgânicas enfrentam nas suas áreas funcionais de intervenção.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Considerando a missão do IPDJ, as orientações da Tutela e os constrangimentos internos e externos, designadamente a disciplina orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas, bem como o imperativo de maior eficácia, eficiência e qualidade, o IPDJ estabeleceu uma estratégia assente no **“respeito de todos os compromissos europeus e internacionais”**¹ e na implementação de um **“novo modelo de desenvolvimento assente no conhecimento e na inovação”**¹ procurando, assim, criar um fio condutor a uma nova abordagem das políticas da Juventude e do Desporto, definindo os seguintes Objetivos Estratégicos:

OE1: Incrementar a prática desportiva através do desenvolvimento do Desporto de Alto Rendimento e das Seleções Nacionais

Assume o IPDJ através deste Objetivo Estratégico a responsabilidade de *“promover o desporto enquanto forma de realização pessoal e para uma vida saudável apoiando os atletas e técnicos de alto rendimento, os projetos olímpico e paralímpico e a participação desportiva de alto rendimento”*¹ bem como o estímulo a *“uma avaliação focada na melhoria da qualidade e rejeição de despesa excessiva ou ineficaz”*¹

OE2: Promover a Participação e a Inclusão Social dos Jovens através da implementação de Programas e do Apoio ao Desporto, ao Associativismo Jovem e Educação Não Formal

Caracteriza-se a atuação do IPDJ neste Objetivo Estratégico pela dinamização da *“rede associativa, através do apoio às coletividades e federações de associações e ao desenvolvimento da cooperação interassociativa - apoio social, cultural e as artes, bem como a integração na sociedade”*¹; fomentar um apoio eficaz aos *“programas dirigidos aos Jovens no âmbito da cidadania, ocupação de tempos livres, promoção de estilos de vida saudáveis, prevenção e segurança rodoviárias, voluntariado, mobilidade e intercâmbio, saúde, cultura, ambiente, empreendedorismo e Educação Não Formal”*¹, à promoção da Marca IPDJ e da comunicação com a população alvo, assente sempre numa constante *“avaliação focada na melhoria da qualidade e rejeição de despesa excessiva ou ineficaz”*¹.

¹ Programa do XXI Governo Constitucional 2015 -2019

OE3: Promover a Ética no Desporto, erradicando comportamentos antissociais e ilegais, a Formação dos Agentes Desportivos

Incumbe ao IPDJ através deste Objetivo Estratégico “*promover o Desporto enquanto forma de realização pessoal para uma vida saudável implementando o Programa de Ética no Desporto*”² e “*promover a qualificação dos técnicos e agentes que intervêm no desporto, aumentar a qualificação técnica dos treinadores, e atualizar os instrumentos de diagnóstico da realidade desportiva, em cooperação e parceria com o sistema de ensino e a formação profissional*”².

OE4: Promover os Estilos de Vida Saudáveis, fomentando a Prática Desportiva Regular e a Saúde Juvenil

Concentra-se neste Objetivo Estratégico a promoção do “*desporto enquanto forma de realização pessoal e para uma vida saudável, através do apoio e divulgação de iniciativas que promovam a atividade física*”², em todas as faixas etárias.

ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Neste capítulo apresentamos os **Objetivos Estratégicos e Operacionais** que integram o QUAR do IPDJ para o ano de 2016 e os objetivos que se inscrevem no Plano de Atividades.

A informação foi delineada, privilegiando a continuidade e a estabilidade, sem que se tivesse que abdicar na inovação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				
OE1 : Incrementar a Prática Desportiva através do Desenvolvimento do Desporto de Alto Rendimento e das Seleções Nacionais	OE2: Promover a Participação e a Inclusão Social dos Jovens através da Implementação de Programas e do Apoio ao Desporto, ao Associativismo Jovem e Educação Não Formal	OE3: Promover a Ética no Desporto, erradicando comportamentos antissociais e ilegais, a Formação dos Agentes Desportivos	OE4: Promover os Estilos de Vida Saudáveis, fomentando a Prática Desportiva Regular e a Saúde Juvenil	
OBJETIVOS OPERACIONAIS				
Desporto para Todos (Tem como objetivo promover o desporto enquanto forma de realização pessoal e para uma vida saudável, através do apoio e divulgação de iniciativas que promovam a atividade física)				DD/CDNJ
Desporto Alto Rendimento (Tem como o objetivo apoiar os atletas e técnicos de alto rendimento, os projetos olímpicos e paralímpicos)	DD/CDNJ			
Formação e Qualificação Desportiva (Promover a qualificação dos técnicos e agentes que intervêm no desporto, aumentar a qualificação técnica dos treinadores, e atualizar os instrumentos de diagnóstico da realidade desportiva, em cooperação e parceria com o sistema de ensino e a formação profissional)		DFQ		
Informação e Comunicação (tem como objetivo consolidar a marca IPDJ e melhorar a comunicação com os nossos stakeholders)		DICRI		
Ética no Desporto, prevenção e dissuasão e Antidopagem (Implementar o Programa de Ética no Desporto e do Programa Nacional de Antidopagem)			PNED/DJA/ADoP	
Gestão orientada para os resultados (Tem como objetivo uma avaliação que fomente a melhoria da qualidade e rejeição de despesa excessiva ou ineficaz através de procedimentos - auditorias e avaliações)	DD	DJ		
Programas de Apoio aos Jovens (Tem como objetivo apoiar programas dirigidos aos Jovens no âmbito da cidadania, ocupação de tempos livres, promoção de estilos de vida saudáveis, prevenção e segurança rodoviária, voluntariado, mobilidade e intercâmbio, saúde, cultura, ambiente, empreendedorismo e Educação Não Formal)		DJ		
Associativismo (Tem como objetivo dinamizar a rede associativa, através do apoio às coletividades e federações de associações e ao desenvolvimento da cooperação interassociativa - apoio social, cultural e às artes, bem como a integração na sociedade)		DJ		

² Programa do XXI Governo Constitucional 2015 -2019

Objetivos inseridos no QUAR

A apresentação dos objetivos obedece aos **parâmetros de referência previstos no QUAR de eficácia, eficiência e qualidade**, encontrando-se os pesos dos parâmetros e as ponderações de cada indicador expressas no QUAR que se anexa.

	QUAR	Meta	Tolerância	Fonte
Eficácia	OP1: Promover os desportos emergentes e radicais através da apresentação de projetos inovadores e mecanismos de financiamento adequados			
	Ind. 1 Nº de dias uteis para apresentação de proposta de regulamentação da Formação e Qualificação dos Agentes Desportivos no âmbito dos Desportos emergentes e radicais	230	30	iPortal
	Ind. 2 Nº de dias uteis para apresentação de levantamento da realidade nacional e apresentação de proposta de atribuição de apoio financeiro	150	30	iPortal
	OP2: Incrementar as políticas da Juventude no âmbito dos Programas e Associativismo			
	Ind. 3 Nº de Visitas de acompanhamento aos projetos PAJ, PAE e PAI pelo Departamento de Juventude e Divisão de Associativismo em colaboração com as Direções Regionais	80	5	Relatório de Atividades
Eficiência	Ind. 4 Taxa de crescimento do nº de jovens participantes no âmbito programas de voluntariado, tempos livres e cidadania	0,10%	0%	Relatório de Atividades
	Ind. 5 Desenvolvimento e apresentação de modelo de RVCC para o perfil profissional do técnico de Juventude	Final do ano	15	Relatório de Atividades
	OP3: Promover e consolidar a marca IPDJ e melhorar a comunicação			
	Ind. 6 N.º de dias seguidos para apresentação de relatório com o grau de reconhecimento da marca IPDJ efetuado por inquérito junto do público alvo e entidades externas e propostas de melhoria de resultados a implementar	250	30	iPortal/ Relatório
	OP4: Implementar uma política de boa gestão através de auditorias financeiras às entidades financiadas			
Eficiência	Ind. 7 N.º de propostas apresentadas para auditoria a entidades financiadas	4	2	iPortal
	OP5: Fomentar a qualidade dos projetos na área da Juventude e Desporto implementando avaliações periódicas			
	Ind. 8 N.º de iniciativas apresentadas de reforço da qualidade dos projetos em execução	2	1	iPortal/relatório de atividades
	OP6: Garantir a comparticipação financeira contratualizada com o Comité Olímpico de Portugal e Comité Paralímpico de Portugal - RIO 2017			
Qualidade	Ind. 9 Taxa de execução dos Programas Olímpicos (comparticipação financeira para a preparação olímpica, paralímpica)			
	OP7: Fomentar atividades na promoção da Ética no Desporto e na erradicação de comportamentos antissociais e ilegais, a Formação dos Agentes Desportivos			
	Ind. 10 Ações de sensibilização e informação junto de Escolas, Associações Desportivas e Federações no sentido de alertar os praticantes desportivos do perigo da utilização de substâncias proibidas.	6	1	Publicação das ações no site da ADOp
	Ind. 11 Aumentar a percentagem de processos de contraordenação com proposta de decisão final	25%	5%	iPortal
	Ind. 12 Grau de satisfação das entidades e outros utilizadores das ações de sensibilização e comunicações sobre valores éticos no desporto	70%	10%	Inquéritos e Relatório de Análise Qualitativo

Matriz de coerência e implicação

As matrizes apresentadas permitem visualizar o modo como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos, a sua distribuição pelos parâmetros e por fim as áreas prioritárias assumidas pelo IPDJ.

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS							
	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7
Objetivo Estratégico 1				X		X	
Objetivo Estratégico 2		X	X		X		
Objetivo Estratégico 3	X						X
Objetivo Estratégico 4	X						

RELAÇÃO entre PARÂMETROS e OBJETIVOS OPERACIONAIS							
	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7
Eficácia	X	X					
Eficiência			X	X	X	X	
Qualidade							X

RELAÇÃO entre ÁREA DE INTERVENÇÃO e OBJETIVOS OPERACIONAIS e UNIDADES ORGÂNICAS							
	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7
Desporto para todos	X						
Desporto Alto Rendimento						X	
Formação e Qualificação Desportiva	X						
Informação e Comunicação			X				
Ética no Desporto e Dissuasão e Antidopagem							X
Gestão e orientada para resultados				X	X		
Programas de apoio aos Jovens		X					
Associativismo		X					

Objetivos Operacionais Extra – QUAR

Entidades Homogéneas

Tratando-se as Direções Regionais do IPDJ de serviços desconcentrados foi elaborado pelo Conselho Diretivo um sistema de indicadores de desempenho que permitisse a sua comparabilidade, refletindo as atividades comuns prosseguidas, de forma a permitir uma ordenação na ótica da eficiência relativa de cada um dos indicadores propostos.

	Objetivos Operacionais Direções Regionais (Entidades Homogéneas)	Meta	Tolerância	Fonte
Eficácia	OP1: Implementar os programas Desportivos Nacionais, incentivando a prática desportiva junto da população e apoiando o desenvolvimento do Desporto promovido pelos agentes desportivos regionais e locais			
	Ind. 1 Taxa de execução de projetos aprovados a nível regional no âmbito do PNDpT	75%	5%	Relatório de Atividades
	OP2: Garantir a boa execução, monitorização e ampliação regional dos programas dirigidos aos jovens nas áreas da Participação e Cidadania, Tempos Livres, Voluntariado, Promoção do Emprego e do Empreendedorismo Jovem			
	Ind. 2 Taxa de crescimento do n.º de jovens participantes no âmbito programas de Participação e Cidadania, Tempos Livres, Voluntariado,	0,10%	0%	Relatório de Atividades
Eficiência	OP3: Garantir a boa execução financeira dos Programas Nacionais Dirigidos aos Jovens			
	Ind. 3 Taxa de execução financeira dos programas a nível regional	85%	5%	Relatório de Atividades
	OP4: Estimular e apoiar o associativismo jovem e a Educação Não Formal através da implementação dos Programas Nacionais, iniciativas regionais e locais			
	Ind. 4 Taxa de execução dos Programas	85%	5%	Relatório de Atividades
Qualidade	OP5: Dinamizar as Lojas Ponto JÁ, promovendo a informação e comunicação aos jovens, a mobilidade e o turismo jovem			
	Ind. 5 Taxa de média de avaliação (monitorização trimestralmente) da satisfação dos utentes das Lojas Ponto JÁ	80%	5%	Inquéritos/ Relatórios Trimestrais/ Relatório Anual

Unidades Orgânicas

Departamento de Juventude

	Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
	OP1: Garantir a boa execução física e financeira dos programas nacionais dirigidos aos jovens na área do voluntariado, ocupação de tempos livres, cidadania				
Ind. 1	Taxa de execução financeira dos programas - Fórmula: (execução financeira/dotação disponível (tempos livres + voluntariado)) * 100	85%	5%	Relatório de Atividades	DJ
	OP2: Fomentar a participação e a inclusão social dos jovens através do Empreendedorismo, Programas e apoio ao Associativismo				
Ind. 2	Taxa de execução financeira dos programas - Fórmula: (execução financeira/dotação disponível (→ PAJ, PAE e PAI))*100	85%	5%	Relatório de Atividades	DJ/DP
	OP3: Fomentar os estilos de vida saudáveis pela prática desportiva regular e a saúde juvenil				
Ind. 3	Nº de jovens atendidos - estilos de Vida Saudáveis - Unidades Móveis - Teatro Debate	35.000	2.000	Relatório de Atividades	DJ/DA

Departamento de Desporto

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Promover a generalização da prática desportiva, fomentando a adoção de estilos de vida saudável e a melhoria da qualidade de vida					
Ind. 1	Aumentar número de participantes no PNDpT	50.000	4.500	Relatório do PNDpT	DD
OP2: Melhorar os procedimentos de inscrição no RADAR e RNCFD					
Ind. 2	N.º de novos instrumentos clarificadores dos procedimentos de inscrição no RNCFD para cada uma das tipologias	2	0	AR Prat/AR Árb./Medidas de Apoio/Prémios	DD/DDF
Ind. 3	N.º de manuais construídos de apoio às federações desportivas e divulgá-los com base nas reformulação do SIRAC	2	0	AR Prat/AR Árb./Medidas de Apoio/Prémios	DD/DDF

Centro Desportivo Nacional do Jamor

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Melhoria da Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos					
Ind. 1	N.º de projetos apresentados para intervenções necessárias para o funcionamento e otimização das infraestruturas	40	2	iPortal	CDNJ/DGO
OP2: Melhoria dos processos internos no âmbito das infraestruturas e ordenamento					
Ind. 2	Nº de informações elaboradas e validadas pela Direção do CDNJ para melhoria dos processos internos no âmbito das infraestruturas e ordenamento	20	3	iPortal	CDNJ/DGO
OP3: Promoção da prática desportiva do alto rendimento e desporto para todos					
Ind. 3	Número de atividades desportivas apoiadas / realizadas	80	5	Relatórios de Atividades/Registos de marcações e reservas	CDNJ/DAD
OP4: Melhoria das condições da Prática desportiva dos Atletas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais					
Ind. 4	Número de atletas apoiados no âmbito do Alto Rendimento e Seleções Nacionais	1.220	20	Relatórios de Atividades/Registos de entradas e frequências	CDNJ/DAD

Departamento de Medicina Desportiva

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Assegurar a prestação de cuidados de saúde aos atletas federados que procuram os serviços					
Ind. 1	N.º total de exames médicos e exames de diagnóstico	10.000	1.000	GESPXXI/@Sport	DMD
Ind. 2	N.º total de consultas	2.800	280	GESPXXI/@Sport	DMD
Ind. 3	N.º total de tratamentos em MFReabilitação	9.000	900	GESPXXI/@Sport	DMD - PORTO

Departamento de Formação e Qualificação

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos					
Ind. 1	Nº de creditações de ações de formação	1200	100	Plataforma informática	DFQ
Ind. 2	Emissão de novos títulos	1200	100	Plataforma informática	DFQ
OP2: Apoio à formação das Federações Desportivas					
Ind. 3	Nº de candidaturas analisadas	38	2	Ficha de controlo	DFQ
Ind. 4	Nº de ações de formação apoiadas	400	50	iPortal	DFQ

Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Potenciar a intervenção internacional do IPDJ					
Ind. 1	N.º de ações intervindas e/ou organizadas	10	3	iPortal	DICRI
Ind. 2	N.º de oportunidades apresentadas para participação de outras Unidades Orgânicas em eventos nacionais/internacionais	5	1	iPortal/Email	DICRI
OP2: Aumentar a notoriedade do IPDJ junto dos stakeholders					
Ind. 3	N.º ações participadas/organizadas no âmbito da informação e comunicação	30	5	iPortal	DIC
Ind. 4	Grau satisfação dos stakeholders (percentagem de respostas satisfeitos e muito satisfeitos)	60%	15%	Inquéritos/iPortal	DIC
OP3: Aumentar a notoriedade do Museu Nacional do Desporto e Biblioteca Nacional do Desporto					
Ind. 5	N.º de ações/eventos organizados e divulgados	15	5	iPortal/Email	DDM
Ind. 6	Percentagem de títulos acrescentados ao catálogo	30%	20%	Base de Dados	DDM

Departamento de Infraestruturas

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR		Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Melhorar os procedimentos das intervenções e dos registos do Departamento de infraestruturas					
Ind. 1	Percentagem de registos efetuados (Excel) das empreitadas e obras de manutenção dos edifícios do IPDJ e Movijovem	90%	5%	Documentação do departamento	DIE
Ind. 2	Percentagem de empreitadas realizadas no CDNJ acompanhadas pela DIED, quando solicitada	90%	5%	Documentação do departamento	DIE
OP2: Instalação e configuração do software de assiduidade Kelio Bodet					
Ind. 3	N.º de dias da instalação dos servidores	30	15	Emails	DIE/DIET
Ind. 4	N.º de dias despendidos para configuração do Kelio Bodet	30	15	Emails	DIE/DIET
OP3: Melhorar a qualidade das intervenções					
Ind. 5	Tempo médio de emissão de pareceres técnicos sobre instalações desportivas e recintos de diversões aquáticas (n.º dias uteis)	20	5	iPortal	DIE/DIED
Ind. 6	Percentagem das etapas de acompanhamento dos procedimentos referentes a empreitadas a realizar no CDNJ	75%	20%	lportal e registos internos	DIE/DIED

Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

	Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Avaliação da Atividade					
Ind. 1	Data limite de apresentação de relatório de proposta de indicadores de atividade do DRHFP	30 de setembro	30 dias uteis	Relatório/iPortal	DRHFP
OP2: Agilização de procedimentos administrativos					
Ind. 2	Data limite de revisão do manual de procedimentos da DRHFP	30 de junho	30 dias uteis	Manual/iPortal	DRHFP
OP3: Análise dos Custos de estrutura					
Ind. 3	Data limite de apresentação de modelo do estudo crítico dos custos de estrutura do IPDJ	30 de setembro	30 dias uteis	Estudo/iPortal	DRHFP

Departamento Jurídico e de Auditoria

	Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Fonte
OP1: Contribuir para a melhoria da qualidade do apoio jurídico e na instrução processual do Departamento Jurídico e de Auditoria				
Ind. 1	Reduzir o prazo médio de resposta a pedidos internos de pareceres solicitados por outras Unidades Orgânicas	12	2	iPortal
Ind. 2	Percentagem de pareceres sobre os processos de impugnação gracioso efetuadas no prazo de 20 dias	56%	5%	iPortal

Autoridade Antidopagem de Portugal

	Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Fonte	UO Responsável
OP1: Campanhas de Sensibilização e Informação					
Ind. 1	Data limite para reestruturação do site da ADoP com o intuito de aumentar a visibilidade do site para divulgação das atividades realizadas pela ADoP.	1 de outubro	30 dias uteis	Verificação do Site	ADoP/ESPAD
OP2: Implementação do Sistema de Administração e Gestão Antidopagem - ADAMS					
Ind. 2	N.º de perfis introduzidos no sistema ADAMS dos praticantes desportivos, grupo alvo da ADoP	200	30	Base de dados da Agência Mundial Antidopagem	ADoP/ESPAD
Promoção de atividades de I&D					
Ind. 3	Nº de publicações científicas e/ou comunicações.	1	0	Publicação em revistas científicas / apresentações em encontros científicos	ADoP/LAD
Ind. 4	Nº de novas colaborações com outros laboratórios ou organismos de investigação.	1	0	Publicação em revistas científicas / apresentações em encontros científicos	ADoP/LAD

Plano Nacional de Ética no Desporto

	Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Fonte
OP1: Desenvolvimento da matriz website do PNED e atualização permanente do Facebook PNED como instrumentos privilegiados de divulgação das ações/projetos desenvolvidos pelo PNED				
Ind. 1	Número de visualização ao website do PNED	25000	50	Relatório do Site
Ind. 2	Número de seguidores Facebook.	1100	50	Relatório do Facebook
OP2: Criação de Conteúdos Pedagógicos e publicações				
Ind. 3	Número de conteúdos pedagógicos	2	0	Edição
Ind. 4	Número de publicações	1	0	Edição

Contributos do IPDJ para políticas transversais que mobilizem recursos e organização

Pretende-se que o IPDJ demonstre um comportamento que seja coerente com uma conduta moral, respeitadora das expectativas sociais e sectoriais existentes e dos valores nos quais o IPDJ se revê e enquadra. Valores que devem ser de honestidade, de equidade, de integridade, de respeito pelas pessoas, pela fauna, pela flora e restante meio ambiente.

Nesse sentido o IPDJ promove um comportamento ético por meio de³:

- Criação da declaração de valores e princípios fundamentais no IPDJ;
- Desenvolvimento do uso de estruturas de governança que ajudem a promover o comportamento ético dentro do IPDJ, nomeadamente nos processos decisórios e nas suas relações;
- Identificação, adoção e aplicação de procedimentos de negócio coerentes com o comportamento ético;
- Promoção no cumprimento dos padrões de comportamento ético, nomeadamente no previsto na Carta Deontológica do Serviço Público no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do IPDJ, I.P.;
- Definição e comunicação dos padrões de comportamento ético esperados, no contexto interno da organização (entidade e trabalhadores/a as), e externo (todos os *stakeholders* principalmente os que se identificam com a cultura organizacional do IPDJ);
- Operacionalização integral, incluindo identificação de riscos, reparação destes, monitorização e respetiva avaliação periódica das medidas aplicadas, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do IPDJ, I.P.;
- Aplicação de mecanismos de denúncia de situações qualquer violações decorrentes da prática de atos conectados com corrupção e infrações conexas ocorridas no decorrer das normais atividades do IPDJ, em especial em matéria de conflitos de interesses, favoritismo, fraude, corrupção e peculato, assim como da não aplicação de represálias ao/à denunciante.

A administração pública, nas suas competências, deve promover políticas que promovam alterações dos processos de decisão numa perspetiva da igualdade do género, do tratamento equitativo entre homens e mulheres nos seus direitos, benefícios, obrigações e oportunidades. Baseando-se num princípio, previsto na Constituição da República Portuguesa:

Todos/as os/as cidadãos/ãs, independentemente do sexo, têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Neste sentido devem ser implementadas no IPDJ as seguintes ações³:

- Promover a paridade entre homens e mulheres no processo de decisão;

³ De acordo com a norma ISO 26000

- Igualdade entre género universal dentro da organização (Recrutamento, distribuição de tarefas ou responsabilidades, acesso à formação, atribuição de benefícios, oportunidades de progressão na carreira, remuneração e processos de rescisão ou de requalificação contratual);
- Avaliação diferenciada no âmbito dos processos de segurança e saúde no trabalho;
- Alinhamento da imagem transmitida ao exterior da organização, para a igualdade de género;
- Reparação das desigualdades de tratamento de género identificados.

Recursos Humanos, Financeiros e Materiais

Para a prossecução de sua missão o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., prevê-se um total de 372 postos de trabalho, dos quais 37 correspondem a cargos de Direção Superior e intermédia e Chefes de Equipas Multidisciplinar.

QUADRO 2016		Pontuação efetivos Planeados para 2016		
Recursos Humanos	Pontuação (a)	N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados	Pontuação Final
		(b)	(c) = (228 x b)	(d) = (a x b)
Dirigentes - Direção Superior	20	4	912	80
Dirigentes - Direção Intermédia/Chefes de Equipa	16	33	7.524	528
Coordenador Científico	16	1	228	16
Técnico Superior	12	141	32.148	1.692
Médico	12	4	912	48
Enfermeiro	12	1	228	12
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	12	5	1.140	60
Assistente Técnico (Inlcui Coordenado Técnico)	8	148	33.744	1.184
Técnico de Informática	8	4	912	32
Assistente Operacional	5	31	7.068	155
Total:		372	84.816	3.807
Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP) - 2016	228	Nº de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2015		
		372		

Para o ano de 2016 a dotação programada de funcionamento do IPDJ é de €74.741.378,00.

Recursos Financeiros	
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)
Orçamento de Atividades (AO)	68.071.378,00 €
Despesas c/Pessoal	10.031.580,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	10.244.858,00 €
Outras Despesas Correntes	47.794.940,00 €
Orçamento de Projeto (OP)	6.670.000,00 €
Outros Valores	0,00 €
TOTAL (OA + OP + Outros)	74.741.378,00 €

No que concerne aos recursos materiais, podemos salientar a importância crescente que a infraestrutura apresenta, englobando servidores, comunicações, redes e computadores pessoais.

Destaca-se a implementação no ano de 2015 da Intranet do IPDJ, que serve todos os trabalhadores e dirigentes, sendo desejável que no ano de 2016 a mesma se encontre totalmente operacional, isto é, com informação detalhada e documentos associados em todas as áreas de intervenção do IPDJ.

PLANO DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação do IPDJ, que se anexa, para o ano de 2016, foi precedido de um levantamento de necessidades formativas dos trabalhadores e dirigentes, tendo para o ano de 2016 um caráter provisório, uma vez que as entidades formadoras consultadas ainda se encontram a ultimar os respetivos catálogos para o ano de 2016. Sublinha-se, todavia, a parceria entre o IPDJ e a empresa Qualitividade, sem quaisquer encargos a suportar pelo IPDJ (projecto financiado) visando a formação na área da igualdade de género.

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O IPDJ pretende apostar no aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, chegando-se agora a um nível maturativo onde as questões da modernização na administração pública e a qualidade é um assunto incontornável, nesse sentido o IPDJ dá um passo, que pode parecer pequeno, mas trata-se forçosamente de um passo sólido e sustentado. Com a criação da Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional, nova unidade orgânica que surge por força da publicação da Portaria n.º 231/2015 de 6 de agosto que pretende ajustar o organismo à realidade e as necessidades.

Pretende-se que esta nova estrutura orgânica consiga, e não nos referimos apenas à recém-criada Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional, no conjunto da organização forneça melhorias no âmbito da modernização administrativa e nas boas práticas públicas.

Sublinha-se o previsto na referida portaria, as competências da Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional:

- Avaliar, planear, coordenar, acompanhar e executar ações e medidas efetivas de simplificação e modernização administrativa, que permitam obter mais ampla racionalização dos circuitos e processos de trabalho administrativo com vista à racionalização e à modernização do IPDJ, I. P.;
- Alinhar os projetos com os objetivos organizacionais, procurando a sua gestão integrada;
- Promover a utilização de metodologias inovadoras de gestão pública, estimulando a transversalidade entre as unidades orgânicas e a colaboração em projetos inovadores;
- Incentivar e acompanhar a inovação organizacional em prol da melhoria do desempenho do IPDJ, I. P., nomeadamente através do apoio à definição de estratégias de organização, estrutura interna e funcionamento dos serviços;

- Participar na definição da política de qualidade;
- Apoiar o conselho diretivo na conceção e implementação de políticas e estratégias para as áreas de sistemas de informação, atendimento e relação com o utente, modernização administrativa, envolvimento dos cidadãos e transparência.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Nos termos do nº 2, do artigo 7º, da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, inclui o IPDJ neste capítulo do Plano de Atividades a informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional do Estado.

Para o ano de 2016 a dotação inicial do orçamento de funcionamento do IPDJ ao nível de publicidade institucional é de 65.000,00 €.

Âmbito (descrição sucinta da despesa)	2016
Campanhas Publicitárias em redes sociais, nomeadamente Facebook	5.000,00 €
Campanha de Média	10.000,00 €
Publicidade IPDJ Ativação de Marca	25.000,00 €
Publicidade Institucional nos vários meios de publicidade (TV, Rádio, Imprensa)	20.000,00 €
Brindes de prestígio	5.000,00 €
Total	65.000,00 €

CONCLUSÕES

Com o presente Plano de Atividades pretende-se dar uma panorâmica objetiva porém não exaustiva, das atividades que o IPDJ se propõe efetuar no ano de 2016:

- a) Ao nível do funcionamento interno – modernização administrativa;
- b) À implementação de uma nova abordagem perante os desportos emergentes e radicais;
- c) À projeção da imagem de marca IPDJ.

Procura-se através deste Plano de Atividades continuar um percurso que visa posicionar o IPDJ como uma instituição de referência de modo a captar a população em geral.

Na prossecução desta nova etapa que se inicia para o IPDJ, é de prever que se encontrem obstáculos. Contudo, tentaremos encarar os obstáculos como desafios e contribuir para o sucesso do IPDJ como uma marca credível a nível nacional e internacional, bem como na qualidade de instituição que “abraça” o desafio de alargar os conceitos existentes, contribuindo para a integração dos desportos emergentes e radicais na esfera pública.

ANEXOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO-2016

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

MISSÃO: Execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantes e autarquias locais.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2016	TAXA REALIZAÇÃO
OE1. Incrementar a prática desportiva através do desenvolvimento do Desporto de Alto Rendimento e das Selecções Nacionais		
OE2. Promover a Participação e a Inclusão Social dos Jovens através da implementação de Programas e do Apoio ao Desporto, ao Associativismo Jovem e Educação Não Formal		
OE3. Promover a Ética no Desporto, erradicando comportamentos antissociais e ilegais, a Formação dos Agentes Desportivos		
OE4. Promover os Estilos de Vida Saudáveis, fomentando a Prática Desportiva Regular e a Saúde Juvenil		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 40%

OP1. Promover os desportos emergentes e radicais através da apresentação de projetos inovadores e mecanismos de financiamento adequados

Peso: 50%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 N.º de dias úteis para apresentação de proposta de regulamentação da Formação e Qualificação dos Agentes Desportivos no âmbito dos desportos emergentes e radicais			230	30	300	50%			
IND2 N.º de dias úteis para apresentação de relatório do levantamento da realidade nacional e da proposta de atribuição de apoio financeiro para 2017			150	30	100	50%			

OP2. Incrementar as políticas da Juventude no âmbito dos Programas e Associativismo

Peso: 50%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND3 N.º de visitas de acompanhamento aos projetos PAJ, PAE e PAI pelo Departamento de Juventude e Divisão de Associativismo em colaboração com as Direções Regionais			80	5	90	30%			
IND4 Taxa de crescimento do nº de jovens participantes no âmbito programas de voluntariado, tempos livres e cidadania			0,10%	0	5%	30%			
IND5 Desenvolvimento de apresentação de modelo de RVCC para o perfil profissional do técnico de juventude			Final do ano	15	30	40%			

Eficiência

Peso: 30%

OP3. Promover e consolidar a marca IPDJ e melhorar a comunicação

Peso: 25%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 N.º de dias seguidos para apresentação relatório com o grau de reconhecimento da Marca IPDJ efetuado por inquérito junto do público alvo e entidades externas e propostas de melhoria de resultados a implementar			250	30	200	100%			

OP4. Implementar uma política de boa gestão através de auditorias financeiras às Entidades financiadas

Peso: 25%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND7 N.º propostas apresentadas para auditoria a entidades financiadas			4	2	7	100%			

OP5. Fomentar a qualidade dos projetos na área da Juventude e Desporto implementando avaliações periódicas

Peso: 25%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND8 N.º de iniciativas apresentadas de reforço da qualidade dos projetos em execução			2	1	4	100%			

OP6. Garantir a comparticipação financeira contratualizada com o Comité Olímpico de Portugal e Comité Paralímpico de Portugal - RIO 2016

Peso: 25%

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND9 Taxa de execução dos Programas Olímpicos (comparticipação financeira para a preparação olímpica, paralímpica)		4 950 000,00	5950000,00	0	5950000,00	100%			

Qualidade

Peso: 30%

OP7. Fomentar atividades na promoção da ética no Desporto e na erradicação de comportamentos antissociais e ilegais, a formação dos agentes desportivos

Peso: 100.0

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND10 Ações de sensibilização e informação junto de Escolas, Associações Desportivas e Federações no sentido de alertar os praticantes desportivos do perigo da utilização de substâncias proibidas.			6	1	8	30%			
IND11 Aumentar a percentagem de processos de contraordenação com proposta de decisão final			25%	5%	40%	30%			
IND12 Grau de satisfação das entidades e outros utilizadores			70%	10%	100%	40%			

Recursos Humanos				
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	80,00		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	528,00		.0
Coordenador Científico	16.0	16,00		.0
Técnico Superior *	12.0	1692,00		.0
Médico	12.0	48,00		.0
Enfermeiro	12.0	12,00		.0
Terapeuta	12.0	60,00		.0
Técnico de Informática	8.0	32,00		.0
Assistente Técnico *	8.0	1184,00		.0
Assistente Operacional *	5.0	155,00		.0
		3.807,00		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	
31-12-2015	31-12-2016
372	

Recursos Financeiros			
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Atividades	68.071.378,00		
Despesas c/ Pessoal	10.031.580,00		
Aquisições de Bens e Serviços	10.244.858,00		
Outras Despesas Correntes	47.794.490,00		
Orçamento de Projeto	6.670.000,00		
Outros Valores			
TOTAL (OA + OP + Outros)	74.741.378,00		

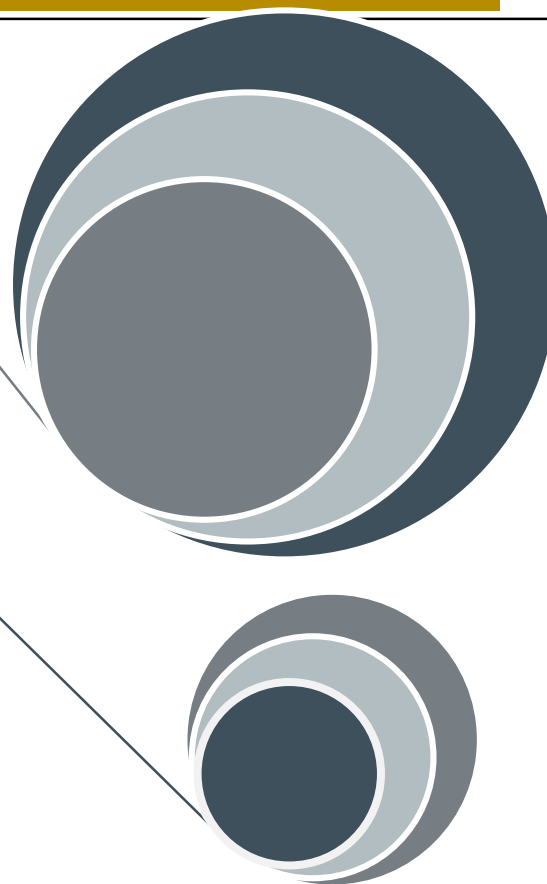
NOTA EXPLICATIVA

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final		
Eficácia	0.0	
OP1. Promover os desportos emergentes e radicais através da apresentação de projetos inovadores e mecanismos de financiamento adequados		
OP2. Incrementar as políticas da Juventude no âmbito dos Programas e Associativismo		
Eficiência	0.0	
OP3. Promover e consolidar a marca IPDJ e melhorar a comunicação		
OP4. Implementar uma política de boa gestão através de auditorias financeiras às Entidades financiadas		
OP5. Fomentar a qualidade dos projetos na área da Juventude e Desporto implementando avaliações periódicas		
OP6. Garantir a comparticipação financeira contratualizada com o Comité Olímpico de Portugal e Comité Paralímpico de Portugal - RIO 2016		
Qualidade	0.0	
OP7. Fomentar atividades na promoção da ética no Desporto e na erradicação de comportamentos antissociais e ilegais, a formação dos agentes desportivos		
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL		NOTA FINAL
0		

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 N.º de dias uteis para apresentação de proposta de regulamentação da Formação e Qualificação dos Agentes Desportivos no âmbito dos desportos emergentes e radicais	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND2 N.º de dias uteis para apresentação de relatório do levantamento da realidade nacional e da proposta de atribuição de apoio financeiro para 2017	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND3 N.º de visitas de acompanhamento aos projetos PAJ, PAE e PAI pelo Departamento de Juventude e Divisão de Associativismo em colaboração com as Direções Regionais	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND4 Taxa de crescimento do n.º de jovens participantes no âmbito programas de voluntariado, ocupação de tempos livres e cidadania	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND5 Desenvolvimento e apresentação de modelo de RVCC para o perfil profissional do técnico de Juventude	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND6 N.º de dias seguidos para apresentação relatório com o grau de reconhecimento da Marca IPDJ efetuado por inquerito junto do público alvo e entidades externas e propostas de melhoria de resultados a implementar	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND7 N.º propostas apresentadas para auditoria a entidades financiadas	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND8 N.º de iniciativas apresentadas de reforço da qualidade dos projetos em execução	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND9 Taxa de execução dos Programas Olímpicos (comparticipação financeira para a preparação olímpica, paralímpica e surdosolímpicos)	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND10 Ações de sensibilização e informação junto de Escolas, Associações Desportivas e Federações no sentido de alertar os praticantes desportivos do perigo da utilização de substâncias proibidas.	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND11 Aumentar a percentagem de processos de contraordenação com proposta de decisão final	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador
IND12 Grau de satisfação das entidades e outros utilizadores das ações de sensibilização e comunicação sobre valores éticos no desporto	Corresponde ao melhor resultado a que se pode aspirar tendo em conta a inovação do indicador

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 N.º de dias uteis para apresentação de proposta de regulamentação da Formação e Qualificação dos Agentes Desportivos no âmbito dos desportos emergentes e radicais	iPortal
IND2 N.º de dias uteis para apresentação de relatório do levantamento da realidade nacional e da proposta de atribuição de apoio financeiro para 2017	iPortal
IND3 N.º de visitas de acompanhamento aos projetos PAJ, PAE e PAI pelo Departamento de Juventude e Divisão de Associativismo em colaboração com as Direções Regionais	Relatório de Atividades
IND4 Taxa de crescimento do n.º de jovens participantes no âmbito programas de voluntariado, ocupação de tempos livres e cidadania	Relatório de Atividades
IND5 Desenvolvimento e apresentação de modelo de RVCC para o perfil profissional do técnico de Juventude	Relatório de Atividades
IND6 N.º de dias seguidos para apresentação relatório com o grau de reconhecimento da Marca IPDJ efetuado por inquerito junto do público alvo e entidades externas e propostas de melhoria de resultados a implementar	iPortal
IND7 N.º propostas apresentadas para auditoria a entidades financiadas	iPortal
IND8 N.º de iniciativas apresentadas de reforço da qualidade dos projetos em execução	iPortal/ relatório de atividades
IND9 Taxa de execução dos Programas Olímpicos (comparticipação financeira para a preparação olímpica, paralímpica e surdosolímpicos)	Documentação financeira
IND10 Ações de sensibilização e informação junto de Escolas, Associações Desportivas e Federações no sentido de alertar os praticantes desportivos do perigo da utilização de substâncias proibidas.	Site da ADOP/Relatório de Atividades
IND11 Aumentar a percentagem de processos de contraordenação com proposta de decisão final	iPortal
IND12 Grau de satisfação das entidades e outros utilizadores das ações de sensibilização e comunicação sobre valores éticos no desporto	Inquéritos (entrevistas) e Relatório de Análise Qualitativa



Plano de Formação

2016

Divisão de Recursos Humanos
01-01-2016

Título: Plano de Formação 2016

Autor: IPDJ – Departamento de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais

Divisão de Recursos Humanos

Ano de Publicação: 2016

Edição: Instituto Português do Desporto da Juventude

Rua Rodrigo da Fonseca, 55, Lisboa

INTRODUÇÃO

No quadro das opções estratégicas definidas para ano de 2016 do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ,I.P.), entende-se necessário e útil prosseguir o desenvolvimento da dinâmica formativa em resposta às exigências da inovação organizacional e aos desafios presentes na Administração Pública.

Neste sentido, a dinâmica formativa constitui um instrumento determinante na resposta a alguns desafios visando promover a aprendizagem de todos os trabalhadores do IPDJ, I.P. e seus dirigentes, **melhorando o seu desempenho, incentivando-os profissionalmente** e proporcionando-lhes a possibilidade de **aquisição de novas competências**, articuladas com a evolução dos novos paradigmas e novos modelos organizacionais que na Administração Central e na Sociedade Civil se encontram em constante mutação, predispondo todos os ativos humanos do Instituto para processos de mudança e de inovação e reforçando a cultura organizacional.

O presente Plano de Formação, na senda do caminho traçado pela visão estratégica do IPDJ,I.P., tem subjacente uma conceção de formação contínua para dirigentes e trabalhadores, em geral, adaptada ao contexto das atividades prosseguidas pelo IPDJ,I.P. Todavia, os desafios que o ano de 2016 a todos coloca, trouxeram também ao nosso Instituto a ambição de ir mais longe motivo pelo qual o IPDJ,I.P. organiza a sua formação profissional em torno de três eixos:

1. **Educação** – Reconhecimento e Validação de Competências
2. **Estratégia** – Promoção da formação enquadrada nos objetivos das Unidades Orgânicas;
3. **Inovação** – Alargamento e diversificação da oferta formativa para novas áreas do conhecimento.

Assim os **principais objetivos** a alcançar, no âmbito da formação profissional, são:

1. **Promover** o aperfeiçoamento e a aquisição de competências profissionais dos trabalhadores, visando o cumprimento dos seus objetivos e os da equipa que integram;
2. **Qualificar** os recursos humanos do IDP, I.P., com competências sócio comportamentais, necessárias ao fomento da cooperação entre unidades orgânicas;
3. **Incentivar** a inovação e a criatividade nas práticas e métodos de trabalho individual e em grupo, com vista à modernização deste Instituto.

Espera-se, deste modo, que a oferta formativa constante do Plano de Formação, bem como a formação não planificada, que ocorra ao longo do ano, possa ir ao encontro das melhores expectativas de cada um, contribuir eficazmente para o cumprimento dos objetivos fixados no Plano de Atividades e se constitua cada vez mais como uma mais-valia no desempenho profissional de quantos trabalham no IPDJ,I.P.

Nos termos previstos no **nº 2 artigo 4º do Decreto-lei nº 50/98, de 11 de Março**, os trabalhadores da Administração Pública são obrigados a frequentar as ações de formação profissional para que forem designados, especialmente as que se destinem a melhorar o seu desempenho profissional ou a suprir carências detetadas na avaliação do seu desempenho.

Os trabalhadores têm o direito e o dever de frequentar, todos os anos, ações de formação e aperfeiçoamento profissional na atividade em que exercem funções.

METODOLOGIA

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO E OPÇÕES PEDAGÓGICAS E COMUNICACIONAIS

Na formação contínua transversal, na qual, o número de inscritos tende a ser mais expressivo, naturalmente pela transversalidade destas áreas de formação, será sempre que possível dada prioridade à *formação in house*, a qual permite uma maior participação dos inscritos naquilo que são as suas expectativas relativas às questões que pretendem ver debatidas nas sessões. Esta organização proporciona, ainda, momentos de partilha e colaboração muito particulares, entre os elementos das diferentes áreas de trabalho e contribui e viabiliza, claramente, um maior diálogo e articulação entre as áreas distintas do Instituto, até agora claramente separadas.

No sentido de uma maior conjugação entre a vida particular e aquilo que são as necessidades de formação, vai igualmente, sempre que possível, apostar-se na utilização dos meios de formação à distância.

As ações de *team building*, enquanto forma lúdica e dinâmica de transmitir valores organizacionais das entidades; assim como trabalhar as questões da motivação e valorização do trabalho de equipa, será uma metodologia a considerar no presente plano de formação.

IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

A identificação de necessidades formativas é o garante da adequabilidade de qualquer formação à organização e aos trabalhadores contribuindo, portanto, de modo efetivo para provocar mudanças, melhorar *performances* individuais e/ou de grupo, no sentido do cumprimento dos objetivos organizacionais.

Nesta fase, foram aplicados dois questionários, um dirigido aos trabalhadores em geral e outro dirigido aos dirigentes. Este último, permitiu ao dirigente estabelecer prioridades de formação e alertar para necessidades formativas estratégicas que pudessem, eventualmente, não ter sido colocadas pelos restantes membros da equipa.

A preparação do Plano de Formação e a seleção dos temas das ações de formação contemplou, portanto, a cobertura das necessidades de formação registadas, quer por chefias, quer pelos restantes trabalhadores. O plano de formação será finalizado, após audição feita quer à comissão de trabalhadores quer à comissão executiva deste Instituto.

ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS E DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DO PLANO DE FORMAÇÃO

Da análise efetuada aos dados resultaram solicitações com diversas origens:

Formação que resulta de necessidades formativas **transversais** a todo o organismo, solicitadas quer pelas chefias, quer pelos restantes trabalhadores;

Formação que resulta de necessidades formativas **específicas de cada unidade orgânica**, em particular, solicitadas quer pelas chefias, quer pelos restantes trabalhadores;

Formação **específica** em função do cargo, ou função desempenhadas;

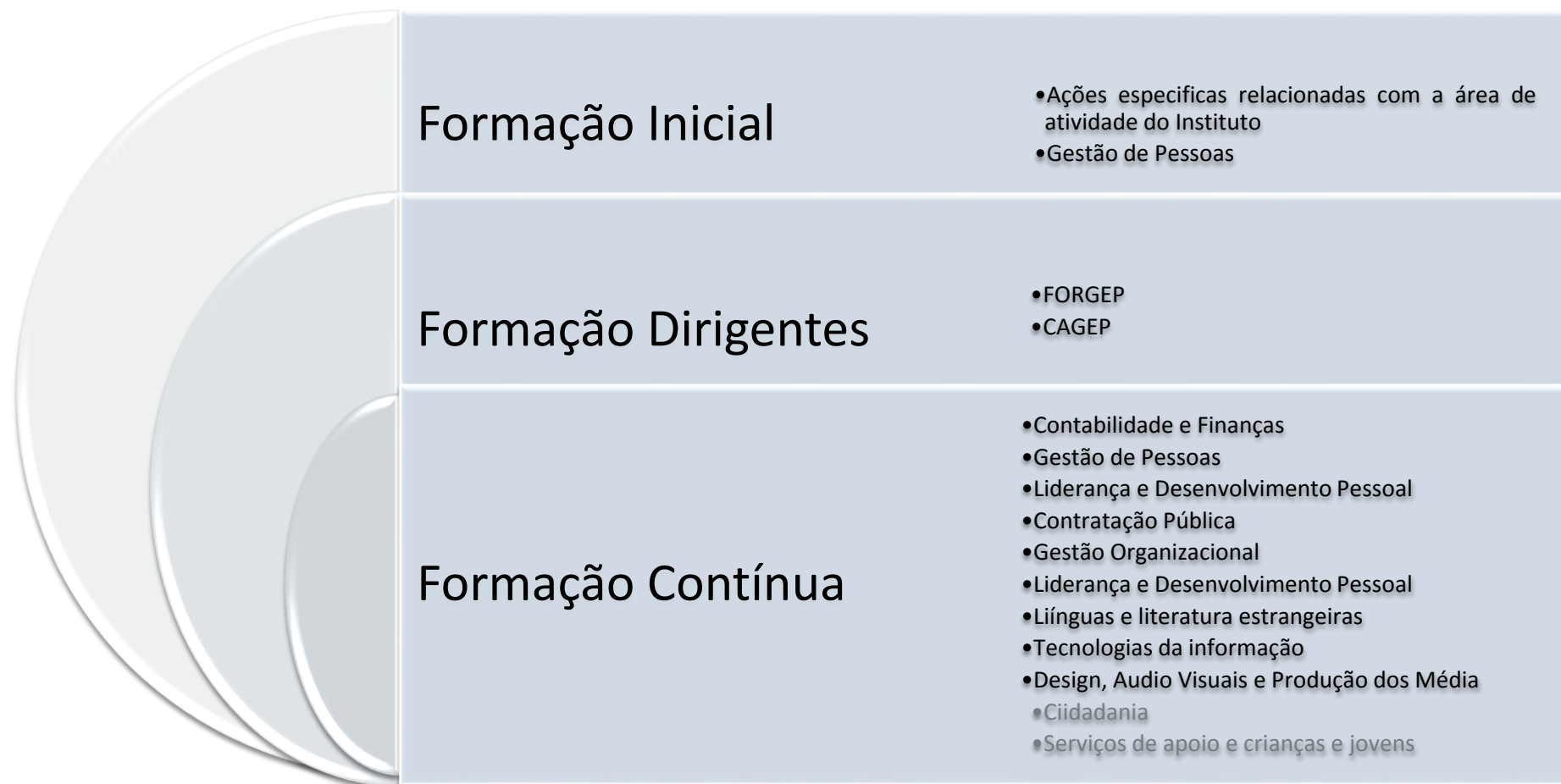
Os resultados apurados, a análise e sistematização dos mesmos, resultam na operacionalização de um plano de formação com a seguinte estrutura:

Formação inicial que integra as áreas consideradas fundamentais para uma adequada integração no organismo;

Formação contínua transversal que integra as áreas com maior número de registos pela totalidade dos serviços;

Formação contínua específica que integra a totalidade das áreas pertinentes indicadas pelos serviços.

ÁREAS DE FORMAÇÃO



A FORMAÇÃO INICIAL

Destina-se aos trabalhadores que iniciam funções no IPDJ, I.P. e visa habilitar os formandos com conhecimentos e aptidões para o exercício das respetivas funções.

Objetivo: Visa habilitar os formandos com conhecimentos e aptidões para o exercício de funções na administração pública, em geral, e na respetiva unidade orgânica, em particular. É, ainda, um momento particular de integração dos novos trabalhadores na cultura e valores organizacionais.

Áreas Temáticas: Princípios gerais dos principais diplomas que vigoram na Administração Pública, nomeadamente, em matéria de Recursos Humanos e no âmbito das atribuições da unidade orgânica que integra / atividades que executa.

A formação inicial será assegurada através de:

» Formação interna

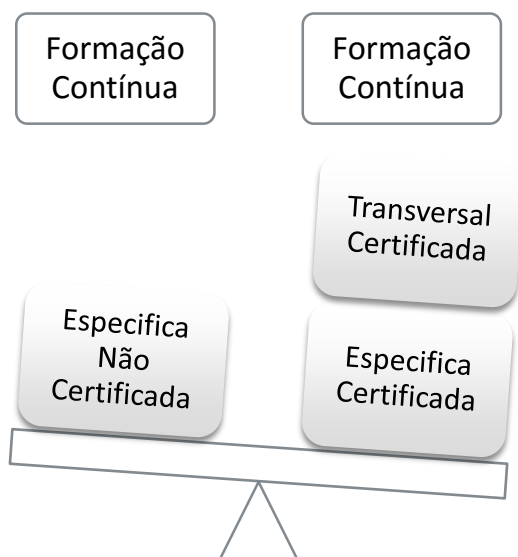
Nas matérias relativas a conhecimentos específicos da unidade orgânica a integrar.

» Formação externa

No que respeita aquilo que são as matérias genéricas de trabalho na administração pública, Leis laborais, Diplomas jurídico-administrativos.

A FORMAÇÃO CONTÍNUA

Destina-se a todos os trabalhadores, visa complementar a formação de base, bem como o desenvolvimento, valorização pessoal e profissional dos trabalhadores.



A **Formação Contínua Transversal**, tem o enfoque na atualização e valorização profissional nas áreas de conhecimento necessário a todo o organismo.

A **Formação Contínua Específica**, tem o enfoque na atualização e valorização profissional nas áreas de conhecimento específicas, considerando as diversas atribuições dos Serviços e Unidades Orgânicas do IPDJ, I.P., podendo se dividir em certifica ou não certificada.

A formação contínua será assegurada através de:

» **Formação interna**

Nomeadamente, nas matérias relativas a conhecimentos específicos da unidade orgânica a integrar.

» **Formação externa**

No que respeita aquilo que são as matérias genéricas de trabalho na administração pública, Leis laborais, Diplomas jurídico-administrativos.

A FORMAÇÃO DE DIRIGENTES

Está dependente da posse de perfil, experiência e conhecimentos adequados para o desempenho do respetivo cargo, bem como da formação profissional específica definida na presente Lei.

Para além da Formação inicial que implica o aproveitamento no curso específico para a alta direção na administração pública, a Formação de Dirigentes prevê formação ao nível da formação contínua.

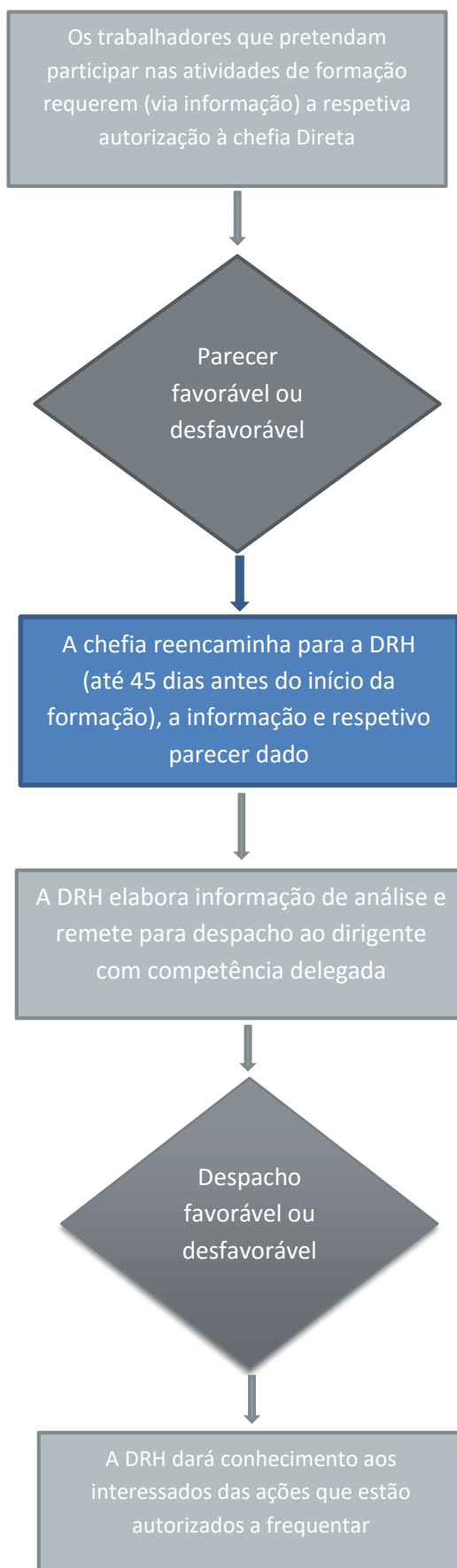
FREQUÊNCIA NAS AÇÕES DE FORMAÇÃO:

O presente plano de formação para 2016, tem como objetivo abranger a totalidade dos trabalhadores.

Deverá ser, tanto quanto possível, garantida a rotatividade da totalidade dos trabalhadores pelas oportunidades de formação que venham a existir.

INSCRIÇÃO:

Após comunicação do plano de formação deve o trabalhador, através de informação, requerer autorização para frequência na ação de formação pretendida com autorização de seu dirigente e deverá a remeter à Divisão de recursos humanos, até 45 dias antes do início da ação de formação e deverá seguir o seguinte fluxograma.



AVALIAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Todos os formandos devem, no final de cada ação de formação:

1. Preencher o modelo de **AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO FREQUENTADA**, que lhes é entregue.
2. Entregar a Avaliação efetuada anonimamente, ao Técnico designado para o efeito.

DESISTÊNCIAS

Estou inscrito/a numa ação de formação e não posso frequentá-la nessa data.

O QUE FAZER?

1. Comunique, via iPortal, ao responsável pela sua Unidade Orgânica, a sua intenção de desistência, devidamente fundamentada;
2. O seu superior hierárquico dará conhecimento da desistência, via iPortal, para a DRHFP.

ATENÇÃO:

A comunicação de desistência, deve ser efetuada no prazo máximo de 5 dias úteis antes da data de início do Curso.

ADIAMENTO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO

As ações de formação canceladas ou adiadas, são comunicadas aos formandos nelas inscritos e respetivos dirigentes, no prazo máximo de 1 dia após receção de comunicação de cancelamento ou de adiamento, pela Entidade Organizadora dos Cursos.

FORMAÇÃO *IN HOUSE*

Sempre que o número de formandos o justifique, a formação profissional, será preferencialmente, efetuada nas instalações do IPDJ, I.P.

FICHAS TÉCNICAS E CALENDARIZAÇÃO

FORMAÇÃO INICIAL

Área de formação	Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Inicio		Preço Unitário	Programa
					Início	Termo		
INICIAL Não Certificada	Ação específica relacionada com a área de atividade do Instituto	Programas da área do Desporto e da Juventude	Interna	Dirigentes; Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais; Outras carreiras	IPDJ	A definir para 2016	0 €	

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Área de formação	Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Inicio		Preço Unitário	Programa
					Início	Termo		
CONTÍNUA	Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Competências de liderança estratégica	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, Chefes de Equipa Multidisciplinar	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir para 2016	140 €	
	Línguas e literaturas estrangeiras	Inglês	Externa	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos	Linguagest - Escola de Línguas para a Comunicação Empresarial	A definir para 2016	1.400 €	
	Comunicação organizacional e pessoal	PREZI : Apresentações criativas de alto impacto	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais, Outras carreiras	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir para 2016	112 €	

Área de formação		Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Início		Preço Unitário	Programa
						Início	Termo		
CONTÍNUA	Tecnologias da Informação	Folha de cálculo	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	Citeforma	A definir para 2016		140 €	
		Produção de Documentos em WORD (2007)	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais, Outras carreiras	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir para 2016		225 €	
		Gestão de correio eletrónico e pesquisa de informação na web	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais, Outras carreiras	Citeforma	A definir para 2016		50 €	

Área de formação		Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Inicio		Preço Unitário	Programa
						Início	Termo		
CONTÍNUA	Design, Áudio Visuais e Produção dos Média	Métodos digitais de Design de comunicação	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir 2016		140 €	
		Composição de texto e técnicas de redação online	Externa	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir 2016		140 €	

Área de formação		Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Inicio		Preço Unitário	Programa
						Início	Termo		
CONTÍNUA Não Certificada	Ciência política e cidadania	Curso de Certificação em Direitos Humanos	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	Conceitos do Mundo	A definir para 2016		150 €	
		Dinâmicas informativas de capacitação e aprendizagem - Participação e Cidadania	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	INDUCAR	A definir para 2016		150 €	
	Serviços de apoio a crianças e jovens	Dinâmicas informativas de capacitação e aprendizagem - Educação Não Formal	Externa	Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Detentores de habilitação de nível secundário	INDUCAR	A definir para 2016		150 €	

Para além da área acima referenciadas e das ações nelas incluídas, pontualmente, podem ser efetuadas ações de formação em outras áreas.

FORMAÇÃO PARA DIRIGENTES

Área de formação		Formação	Tipo	Destinatários	Entidade Formadora	Data Inicio		Programa
						Inicio	Termo	
CONTÍNUA Dirigentes	Gestão e Administração	CAGEP	Externa	Titulares de cargos de direção superior da Administração Pública Central	INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	A definir		

Para além da área da Gestão pública, o Direito e o Desenvolvimento pessoal foram transversalmente as áreas mais solicitadas. Pontualmente, foram tocadas outras áreas. Todas se encontram já representadas nas fichas anteriores, quer na formação inicial; quer na formação contínua, seja ela transversal ou específica.

ORÇAMENTO PREVISIONAL

	Total Ações de Formação propostas	Total Formandos propostos	Total Custo estimado Formação	Total Horas Formação
2016	37	349	40.000,00 €	674

Os valores apresentados, com um total de 40.000,00 € são valores de referência, sendo previsível a sua eventual alteração por via de formação *in house*, bem como de formação não contemplada no Plano, cujos conteúdos programáticos sejam equivalentes aos conteúdos propostos pelo INA, I.P., contudo a custos inferiores.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL FINANCIADA

PORTUGAL 2020

IGUALDADE DE GÉNERO

No âmbito do Portugal 2020, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE decorre um concurso para apresentação de candidaturas à tipologia de operações 3.15– Formação de públicos estratégicos, cuja entidade gestora é a CIG– Comissão para a cidadania e igualdade de Género.

A Qualitividade, enquanto entidade formadora acreditada e habilitada para a promoção da formação neste domínio, está a preparar a apresentação de candidaturas a esta tipologia de operações. Neste sentido abordou este Instituto, no sentido de integrar uma parceria, na qual os parceiros beneficiam da inclusão dos seus técnicos, nas ações de formação que vierem a ser aprovadas.

As candidaturas abrangem apenas as **regiões de convergência NUT II do Norte, Centro e Alentejo**.

A tipologia de operações em causa prevê nos seus objetivos a qualificação dos profissionais em vários domínios, nomeadamente os associados à promoção a igualdade de género.

Neste âmbito, propôs o IPDJ, I:P, que 30 dos seus técnicos, regiões Norte, Centro e Alentejo fossem beneficiários da acção **“Formação de públicos estratégicos para obtenção de especialização em Igualdade de Género”**.

A Qualitividade Consultoria Lda, assume neste processo o papel de entidade promotora (Elaboração das candidaturas/projetos e submissão das mesmas; Gestão e execução física e financeira do projeto, bem como toda a implementação no terreno e posterior avaliação)

Ao IPDJ compete, por seu lado, formar os grupos de profissionais/formandos que integrarão as diferentes ações de formação, bem como fornecer a informação necessária para o bom desenvolvimento e operacionalização das ações e Ceder as instalações para o desenvolvimento das ações de formação.

A frequência da formação **ocorrerá de forma livre de custos para o IPDJ**.